

### Tunísia e Egito estreiam Constituições

Aclamada no mundo inteiro, a onda da “primavera árabe” transformou-se rapidamente numa tentativa radical de reislamização das instituições, ao ser literalmente “sequestrada” pelos movimentos islamistas, os quais até aí tinham sido algo reprimidos pelo sistema de poder estabelecido.

Passados três anos, todavia, essa “primavera” convertida numa espécie de inverno integrista, começou a mostrar as suas primeiras “manifestações verdes”, pelo menos na Tunísia e no Egito.

O Egito foi o paradigma da revolta contra o islamismo radical, com a expulsão violenta do poder dos Irmãos Muçulmanos que chegaram, inclusivamente, a ser declarados fora da lei como “terroristas”, ao mesmo tempo que, na Tunísia, a assembleia constituinte se debatia em ásperos confrontos entre os islamistas moderados e os partidos laicos, sem que houvesse qualquer acordo sobre os fundamentos do novo Estado.

A consequência da queda da teocracia egípcia foi fulminante. A “comissão dos 50 sábios”, designada pelo novo poder militar egípcio, demorou somente meia dúzia de meses a reformar a Constituição legada pelo islamismo e que foi referendada por mais de 98 por cento dos votos emitidos (embora só tenham votado 36,5% dos eleitores, pouco mais do que os votantes que apoiaram a Constituição islamista).

Enquanto isso, os constituintes tunisinos, receosos de viver a experiência egípcia, esqueciam, como por magia, as suas diferenças e adotavam um projeto de Constituição. À espera de ser referendada, surpreendeu todo o mundo árabe ao consagrar nada menos que a liberdade de consciência, a igualdade perante a lei do homem e da mulher e a soberania do povo, que deixou de pertencer a Alá... Mas vejamos com mais pormenor em que consistem estas “manifestações verdes” que não são as mesmas no Egito ou na Tunísia.

Tanto a Constituição do Egito, como a da Tunísia, proclamam que o Islão é a religião do Estado, mas com uma diferença enorme: enquanto o Egito mantém que os princípios da “sharia”, ou lei islâmica, são a fonte principal da legislação, a Tunísia preferiu referir-se à “pertença do país à civilização

árabe-muçulmana”, que somente figura no preâmbulo do projeto de Constituição.

A lei fundamental egípcia consagra como “absoluta” a liberdade de consciência, razão pela qual as autoridades religiosas coptas, que estiveram representadas no “comité dos 50”, recomendaram à perseguida minoria cristã (cerca de dez milhões de pessoas, dos 85 do país) que votasse “sim” à Constituição. Surpreendentemente, a Tunísia foi muito mais além ao revogar explicitamente o delito de mudança de religião ou de apostasia, um dos tabus do islamismo, o que bem se pode considerar uma autêntica revolução no mundo sunita.

Em matéria de direitos fundamentais, a Constituição tunisina consagra sem ambiguidades a liberdade de associação, de expressão, de pensamento, académica e de criação, ao mesmo tempo que condena a violência contra as mulheres e a tortura, embora mantenha a pena de morte. Proclama igualmente a total igualdade de direitos e deveres de homens e mulheres, mesmo que sejam só as futuras leis que irão determinar a adaptação desta igualdade à cultura islâmica, sobretudo em matéria de herança.

No Egito, também se adota a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, assim como a liberdade de expressão, mas proibem-se expressamente os partidos políticos confessionais, regionais, étnicos ou de género. É aprovado o direito de reunião, assim como as manifestações públicas... desde que pacíficas e que os seus integrantes não levem armas. A Tunísia proclama ser, nos dois primeiros artigos da sua Constituição – que não poderão ser emendados –, um “Estado livre, independente e soberano”, baseado no primado da cidadania, da vontade do povo e do direito o que, na realidade, significa que instaura um Estado civil e secular, pelo qual irá velar o correspondente Tribunal Constitucional.

No Egito, dada a peculiaridade das mudanças provocadas pela exclusão dos Irmãos Muçulmanos após o golpe militar do ano passado, o Exército reserva-se algumas prerrogativas, como a de elaborar o seu próprio orçamento sem que ele passe pelo Parlamento, e de nomear o ministro da Defesa. Em resumo, as liberdades parecem muito mais garantidas na Tunísia do que no Egito, onde o poder civil vai estar de alguma forma vigiado pelo militar, pelo menos durante um período de transição que durará, em princípio, duas legislaturas.

Todavia, é de destacar uma notória inovação na nova Constituição egípcia: que, de agora em diante, a “inspiração”

na “sharia” das futuras leis civis e penais não será delegada na Universidade islâmica de Al Azhar, a qual detinha o monopólio da interpretação da “Suna”, mas no Tribunal Constitucional que venha a ser formado... sem a presença dos até agora omnipresentes Irmãos Muçulmanos.

A grande novidade dentro destas “manifestações primaveris” oferece-a, sem a menor dúvida, a Tunísia, onde a liberdade religiosa passa a ser uma norma constitucional cuja garantia recai sobre o poder executivo. É uma decisão histórica que é suscetível de se estender aos países vizinhos, especialmente à Argélia, a qual já proibiu, em tempos, os partidos confessionais, mas que ficou à margem das “primaveras” árabes. Em todo o caso, o islamismo tunisino – mais moderado, certamente, do que o egípcio – está longe de desaparecer da cena política e social. E bem se sabe que uma coisa são as normas constitucionais e outra as leis que as desenvolvem e, sobretudo, a interpretação dos governos e dos juizes.

M. C.

(com autorização de [www.acprensa.pt](http://www.acprensa.pt))

## Debate-se em França a gratuidade do ensino superior

Como noutros países europeus, o ensino universitário, em França, é quase gratuito para os alunos. Mas, em tempos de crise, com cortes para a investigação e também para os orçamentos ordinários, levantam-se muitas dificuldades.

No quadro da atual orientação política francesa, ganha relevo o tema financeiro dos centros de ensino superior. De facto, nas vésperas de Natal, foram promulgados em França decretos que aumentavam substancialmente as propinas das escolas de engenharia de minas e de telecomunicações: de 850 para 1.850 euros anuais.

Até agora, o Estado assegura 90% dos orçamentos das universidades públicas. As propinas dos alunos são bastante simbólicas: de 183 a 388 euros em licenciaturas e doutoramentos, e até 850 em escolas de engenharia. Mas os tempos estão a mudar: os recursos públicos estagnam, enquanto as necessidades económicas aumentam, devido, igualmente, à concorrência internacional.

De momento, no âmbito dos programas de mestrado, a responsabilidade económica dos alunos aumentou, indo até limites impensáveis há poucos anos. Em determinados casos, a propina chega em França aos 4.000 euros, sujei-tos a deduções por motivos de rendimento familiar. Não se pode

esquecer que a despesa por aluno se situa em torno dos 10.000 euros anuais.

Mas a interrogação que se coloca é se a gratuidade do ensino é, ou não, protegida pela Constituição. Segundo a ministra do ensino superior, o preâmbulo da Constituição de 1946 (integrado na de 1958), dispõe que é dever do Estado a organização do ensino público, gratuito e laico, em todos os seus níveis. Todavia, esse princípio adotado quando havia apenas 120.000 universitários, nunca foi ratificado pelo Conselho Constitucional.

Entretanto, como noutros países vizinhos, foram-se desenvolvendo estudos de pós-graduação – de início, privados; hoje, nas universidades públicas –, com matrículas a custar 10.000 euros ao ano. Inclusivamente, até mais, como na famosa escola de Sciences Po de Paris, onde – além de bolsas de estudo em função do rendimento – as propinas atingem os 13.700 euros.

O debate continua. Mas avançam-se cada vez mais dados sobre as limitações do sistema educativo para garantir a efetiva igualdade de oportunidades. Daí surgirem fortes críticas à quase total gratuidade do ensino superior.

Enquanto que 21,1% dos franceses são trabalhadores, os seus filhos representam somente 7,5% dos alunos de mestrado. Para os executivos e profissionais intelectuais superiores, é o inverso: respetivamente, 17,6% e 33,9%. Mas todos contribuem, através dos impostos diretos e indiretos, para financiar o ensino superior.

Há alguns anos, informa o “Le Monde” (29.1.2014), o Terra Nova, um *think tank* próximo do partido socialista, advogou triplicar as propinas dos alunos em licenciatura e quadruplicar as de mestrado e doutoramento, sempre com isenções para os que têm menores rendimentos. O tema está em aberto. Mais ainda quando se deterioram as exigências académicas para a obtenção de títulos, num momento histórico em que aumenta a presença de estudantes de outros países nas universidades europeias: a quase total gratuidade não pode ser acompanhada por uma diminuição de requisitos para se ser licenciado ou doutor.

(com autorização de

[www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))

## Colapso da família negra ameaça “sonho” de Martin Luther King

A 28 de agosto de 1963 chegou ao seu destino a grande Marcha que desembocou em Washington, para reclamar o fim da discriminação contra os negros. Diante do monumento a Abraham Lincoln, Martin Luther King pronunciou um discurso memorável, em que repetiu como um refrão: “Tenho um sonho” (“I have a dream”), para expressar a aspiração à justiça e à igualdade. O cinquentenário daquele dia celebrou-se no mesmo lugar, com a intervenção final do presidente Obama.

Passados cinquenta anos, a causa pela qual King lutou, alcançou grandes triunfos. A igualdade de direitos civis está consagrada na legislação, e protegida por organismos públicos e tribunais. Não desapareceram por completo as ideias e os sentimentos racistas – algo provavelmente impossível na prática –, mas estão fortemente desacreditados. Pessoas negras alcançaram os cargos mais elevados em grandes empresas, governos estaduais e municipais, Supremo Tribunal e, por último, uma delas chegou à presidência do país. Tudo isso era impensável nos tempos de King.

Não há apenas êxitos individuais. Libertada das leis e práticas que a mantinham numa situação de inferioridade, a população negra, no seu conjunto, progrediu muito. Quando King pronunciou o seu discurso em Washington, 55% dos negros viviam na pobreza; agora são 28%. Na altura, os negros de 25-29 anos com título universitário eram 4,6%; agora são 23%.

Falando no mesmo lugar que King cinquenta anos antes, o presidente Barack Obama quis sublinhar as conquistas. “Menosprezar a magnitude deste progresso – dizer, como por vezes dizem alguns, que pouco mudou desde então – é uma afronta à coragem e ao sacrifício dos que lutaram naqueles anos”. Pelo contrário, disse, “este país mudou muito”.

Hoje, a grande maioria, tanto de negros como de brancos, afirma que agora uns e outros convivem bem. Mas ainda existe uma clara desvantagem dos negros em diversos campos. A sua taxa de pobreza aproxima-se do dobro da nacional (28,1% contra 15,9%), e a sua percentagem de licenciados é dez pontos inferior à do conjunto da população (23% contra 33%). Também sofrem mais desemprego e maior insucesso escolar, e a mais elevada percentagem de população reclusa.

Tem-se vindo a discutir sobre quais são as raízes para estas persistentes desigualdades. A “The Economist” resume-as assim: “Os norte-americanos que completam o ensino secundário, que trabalham a tempo inteiro e que esperam chegar aos 21 anos e estar casados para ter filhos, têm uma probabilidade de apenas 2% de vir a cair na pobreza. São tristemente poucos os negros que satisfazem essas três condições básicas”.

O problema mais profundo, que encerra muitos num nível de ensino inferior e na pobreza, é o “colapso” da família negra,

como o designa a “The Economist”. Nisto regista-se um forte retrocesso desde os tempos de Martin Luther King. De 1960 até hoje, a percentagem de negros adultos casados caiu de 60% para 32%, enquanto a média dos restantes grupos étnicos não baixou dos 51%. Os nascimentos extramatrimoniais subiram de 25% para 72%; entre os brancos, são 29%.

A abundância de lares monoparentais alarga a penúria. A taxa de pobreza das famílias negras (não dos indivíduos) é dupla da média nacional (24,1% contra 11,7%); mas nas compostas por pai e mãe casados com filhos menores de 18 anos, a diferença é muito menor: 11,5% contra 8,8%.

O “colapso” familiar arrasta outros males. Nos Estados Unidos, as negras são 14% das mulheres, mas 30% das que abortam. A desproporção explica-se em grande parte pela frequência de um dos fatores que mais fazem inclinar para o aborto: não ter uma

relação estável com o pai do filho. De facto, 85% das mulheres que abortam não estão casadas, e essa é a situação da maioria – 69% – das mulheres negras.

A pobreza que conduz muitas vezes à desintegração familiar, perpetua-se facilmente através de um ensino deficiente, como o que é proporcionado nas escolas dos bairros onde se concentram as classes desfavorecidas.

Essas escolas, acrescenta a “The Economist”, são o feudo de professores inamovíveis, e não são dotadas com dinheiro. Pelo contrário, tais problemas mal existem nas escolas privadas. “Esse é um motivo pelo qual as famílias negras são tão defensoras dos cheques escolares e das *charter schools* [públicas e gratuitas, mas de iniciativa privada]. Não é sem razão que se chamou à liberdade de escolher uma escola, ‘a nova batalha pelos direitos civis’”.

### “As Neves de Kilimanjaro”

“Les neiges du Kilimandjaro”

Realizador: Robert Guédiguian

Atores: J.-P. Darroussin; Ariane Ascaride

Duração: 107 min.

Ano: 2011

Porto de Marselha. Alguns trabalhadores portuários são despedidos e entre eles, um dos responsáveis sindicalistas. O método para decidirem quem “iria para a rua” vai ser o “tirar à

sorte”. Uma opção polémica, que levará um dos trabalhadores a questionar se o sindicato defende os interesses dos operários, ou apenas os seus próprios interesses.

O responsável sindicalista quando se vê despedido vai logo falar com a mulher. Decidem enfrentar juntos a questão e vão manter a festa de 25 anos de casados com todos os familiares e ex-colegas. Oferecem-lhes como presente uma viagem à Tanzânia e também dinheiro. Uns dias mais tarde são violentamente assaltados, vindo a descobrir, passado algum tempo, que um dos criminosos era um dos jovens colegas despedido na mesma ocasião. Assaltara-os por precisar de dinheiro para sustentar os irmãos mais novos. Nota-se que o apoio familiar é que marcará a diferença de atitudes dos dois trabalhadores perante o desemprego... O casal assaltado vai tentar ajudar o rapaz agressor, mas ele acaba por ser preso. Resolvem então apoiar os irmãos pequenos, privados do irmão mais velho e, pouco a pouco, ganham a sua confiança. Apesar desta atitude não ser compreendida por toda a família e amigos, eles não desistem. Querem atuar bem e fazer o que está ao seu alcance para solucionar um problema social real. Com os seus gestos e coerência, vão acabar por atrair os outros a segui-los...

#### Tópicos de análise:

1. Uma empresa deve lutar por criar oportunidades de emprego.
2. Para ultrapassar uma crise, o apoio da família é crucial.
3. Agir com soluções concretas, atrai os outros a seguirem esse rumo.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

